

Parlamento vai avaliar estudo sobre Zona Franca

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais vai enviar ao parlamento o estudo de avaliação do custo-benefício da Zona Franca da Madeira, com o qual poderá ser decidida a prorrogação da emissão de novas licenças.

Ontem, falando na Comissão do Orçamento e Finanças no âmbito da apreciação na generalidade do Orçamento do Estado para 2022 (OE2022), António Mendonça Mendes, afirmou que o estudo foi enviado na sexta-feira ao Governo Regional da Madeira e seguirá agora para o parlamento.

Em resposta a uma pergunta da deputada do Bloco de Esquerda



Com o qual poderá decidir a prorrogação da emissão de licenças. FOTO LUSA

Mariana Mortágua, que questionou sobre a prorrogação do regime, o governante afirmou que a proposta do OE2022 não prevê a renovação da possibilidade de concessão de licenças [ao abrigo do regime IV].

“Neste momento está feita a proposta de renovação dos benefícios contratuais e também a proposta de renovação do regime fiscal associado ao apoio ao investimento regional”, referiu o secretário de Estado, salientando, no entanto, “que não está na proposta de lei [do OE] do Governo a renovação da possibilidade de concessão de licenças à Zona Franca da Madeira”.

Ainda assim, afirmou que o Governo vai cumprir aquilo a que se comprometeu, que é dotar o parlamento do estudo que encomendou à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sendo os deputados soberanos para “tomarem as decisões que entenderem com base em informação que é rigorosa”.

O regime IV está em vigor até 2027, com a emissão de licenças a terminar em 31 de Dezembro de 2020, prazo que o Governo prorrogou até 31 de dezembro de 2021. Com o mapa de auxílios regionais aprovado é possível prorrogar a concessão das licenças.